

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

**CRISE POLÍTICA DESAFIA A IMPLANTAÇÃO DE UMA NECESSÁRIA E  
INADIÁVEL POLÍTICA FISCAL**

*Francisco Benedito da Costa Barbosa.*

**Sócio Fundador – IPADES**

A crise política em que vive o Brasil coloca em xeque os esforços para uma correta, necessária e urgente política fiscal. O governo Temer, iniciado em maio de 2016, escolheu uma equipe econômica profissional para comandar ministérios e autarquias, com o objetivo de priorizar a política econômica, de modo a retirar o país da brutal recessão econômica em que se encontra desde 2015. Mas, os impactos da crise política não devem ser subestimados. A confusão emperra o avanço da economia e, pior do que isso poderá trazer retrocessos.

O descontrole fiscal, conhecido popularmente como pedalada fiscal, levou ao *impeachment* da presidente Dilma, em agosto de 2015. Este fato parecia dar um alívio no campo político, de modo que seu sucessor iniciasse as reformas que “*botassem o país nos trilhos*”, segundo o bordão do próprio presidente Temer. Com habilidade política para lidar com o parlamento, o presidente verbalizou que seu governo ficaria na história como aquele que promoveu reformas necessárias, mas até então adiadas.

Em dezembro de 2016 o Congresso Nacional aprovou a limitação dos gastos públicos – a PEC do Teto dos Gastos – em meio a protestos de quem acreditava, ou usava politicamente, que ela reduziria os recursos para a saúde e educação. Vigente desde janeiro de 2017, a medida condiciona o crescimento de parte das despesas federais à taxa da inflação passada durante 20 anos. O objetivo é superar o desequilíbrio fiscal, que fez os investidores duvidar da solvência do governo, travou a economia e pôs o país na maior recessão de sua história.

Essa PEC (Projeto de Emenda à Constituição) é considerada a principal medida econômica do governo Temer, essencial para a melhoria do quadro fiscal e para a retomada do crescimento da economia. Mas não resolve tudo sozinha!

Para funcionar, ela precisa de regras complementares que limitem os gastos crescentes sem correspondência de receita. Como exemplo, a atual situação das aposentadorias e pensões. Esta é alvo da propalada reforma da Previdência, colocada como a mais urgente, visto que se nada for feito, essa conta chegará a 80% das despesas primárias da União em 2027, impedindo o governo de cumprir as demais obrigações.

Nessa conjuntura, 2017 seria a vez da reforma da Previdência. Mas como diz o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), em seu poema: *“No Meio do Caminho Tinha uma Pedra”* Para o governo Temer, e conseqüentemente para a aprovação das reformas propostas pela política econômica, essa pedra é um fato. Trata-se do que popularmente é denominado de Joesly's day, ou seja o áudio que mostra a conversa, nada republicana do presidente da República com o empresário Joesly Batista, do grupo JBS, tornada pública em 14.05.2017. Um fato de grande repercussão política que alterou drasticamente a agenda de reformas.

Quando ocorrido, as negociações com o Congresso Nacional, em torno da reforma da Previdência estavam em andamento. Foi então que apareceram as duas denúncias apresentadas pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente da República, por supostas relações espúrias com a JBS. Aí começaram as dificuldades para o encaminhamento e aprovação dessa reforma, pois a prioridade passou a ser a não aprovação das denúncias pela Câmara dos Deputados, evitando uma possível aceitação pelo Superior Tribunal Federal, ocasionando a queda do presidente.

A rejeição das denúncias só terminou em outubro, e então, além do tempo perdido, o desgaste do capital político do presidente estava erodindo. A reforma da Previdência entra na pauta, mas a organização da base parlamentar de apoio ao governo já não é a mesma de abril, e sua aprovação passou a ser incerta, pelo menos quanto a proposta inicial que previa um corte de gastos do governo federal, em média ao ano, de 2,9%. Segundo a Tendências Consultoria, à medida que a proposta for se “desidratando” da proposta inicial o percentual de corte de gastos irá subindo: a) com aprovação de 75% será de 3,5%; b) com a aprovação de 60% será de 4,1%; c) sem a reforma será de 6%.

O resultado mais sombrio visto pelos economistas é que o Teto dos Gastos aprovado pela PEC pode desabar. Para o economista Fábio Klein, da Tendências Consultoria, se a reforma não sair, os gastos previdenciários subirão em torno de 5% ao ano acima da inflação nas próximas duas décadas, consumindo parcela cada vez maior do orçamento federal. Ou seja, no segundo ano em vigor, Com uma reforma fraca, que é a que se desenha, o estouro seria em 2019.

O que torna mais difícil ainda cumprir o limite do Teto dos Gastos é o fato de que isso não depende apenas da reforma da Previdência, mas de reorganização nos gastos do governo, isto é, em qualquer cenário o governo terá de passar a tesoura em outros gastos, e melhorar a eficiência na aplicação.

Outros países também puseram um limite para a gastança pública, prática que começou na década de 1980. A maioria prevê uma revisão após três a quatro anos de vigência. No Brasil, o prazo é de dez anos, e a versão brasileira de Teto de Gastos atinge 63% das despesas primárias da União, ante 75% na Finlândia, a segunda colocada.

Entretanto, diante de toda a análise econômica que justifica a necessidade de uma política fiscal austera para que o Brasil passe a ter um crescimento econômico sustentado, tem-se ampla rejeição às reformas, principalmente a da Previdência, por parte da população, conforme indicam pesquisas a esse respeito. Por quê?

Alguns aspectos merecem ser analisados para que se entenda essa rejeição e o país possa adotar uma política fiscal que o leve ao crescimento econômico sustentado. Entre outros aspectos tem-se: a) a corrupção sistêmica e crescente existente no país; b) os privilégios das corporações existentes nos três poderes da República; c) a má gestão dos negócios públicos; d) a falta de transparência por parte do sistema público no planejamento, execução e prestação de contas à sociedade nos projetos e ações do governo em suas três esferas; e) a forte postura patrimonialista inculturada na sociedade brasileira, que rejeita os políticos, mas quer mais Estado como sendo um porto seguro; f) a sociedade brasileira ainda não entendeu o liberalismo econômico e político.

Todavia, como um fio de esperança, o Brasil vive um momento de quebra desse paradigma. O *start* foi dado com o Plano Real, em 1994, que ao derrotar a inflação fez o brasileiro entender os benefícios de uma inflação baixa, e mais que isso querer mantê-la, como condição *sine qua non* para o processo de desenvolvimento nacional.

Outro aspecto já encampado pela sociedade brasileira é o combate à corrupção. De modo diferente ao que existia da secular impunidade aos crimes de colarinho branco, o julgamento do mensalão, em 2012, começou a mostrar uma pequena, porém nova face da eficiência da Justiça, ampliada com a operação Lava Jato, a partir de 2014, que tem demonstrado ao país instituições cada vez mais aplaudidas, aceitas e incentivadas pela população como o Ministério Público, a Polícia Federal e a Receita Federal.

No entanto, da forma como o processo político caminha no país, não só a regra do Teto dos Gastos, que mal começou, encontra-se em risco de desabar, como a própria recuperação econômica. Em 2018 haverá eleições em nível federal e estadual, será uma ótima oportunidade, se a disputa eleitoral permitir, que o eleitor brasileiro se informe melhor da importância de uma correta e eficiente política econômica, na qual se insere a política fiscal, para se manifestar a respeito de que país quer ter. A conferir, não se esquecendo de que economia e política são irmãs siamesas.